



CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 02, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

PROVA DISSERTATIVA

PROCURADOR LEGISLATIVO

MANHÃ



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **2 (duas)** questões discursivas e **1 (um)** parecer, você receberá do fiscal de prova o caderno de textos definitivos.
- As questões dissertativas deverão ser redigidas em até 30 (trinta) linhas e o parecer deverá ser redigido em até 120 (cento e vinte) linhas.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o caderno de textos definitivos;
- Para o preenchimento do caderno de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no caderno de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu caderno de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu caderno de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do caderno de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas os textos redigidos no caderno de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

Questão Dissertativa 1

Augusto, funcionário da empresa ABC, aderiu ao seguro de vida em grupo com cobertura de invalidez permanente total ou parcial por acidente, estipulado pela empresa empregadora em benefício de seus funcionários. Durante a vigência do contrato, Augusto sofreu acidente de trânsito que lhe acarretou invalidez parcial permanente. Fato seguinte, acionou a seguradora, informando o sinistro e requerendo o pagamento integral da indenização securitária com base na cobertura por invalidez prevista na apólice de seguro de vida em grupo a qual aderiu. No entanto, para sua surpresa, foi informado de que a indenização corresponderia a 12,5% do capital segurado, considerando a lesão suportada de grau médio e a incidência de um percentual de redução da indenização proporcional à incapacidade, conforme expressamente previsto nas condições gerais da apólice.

Inconformado com a resposta da seguradora, Augusto recorreu ao judiciário, em ação própria na qual requereu o pagamento do valor total previsto na apólice, sem qualquer redução, pois não foi informado acerca do pagamento amparado no grau de proporcionalidade de sua condição física. Aduziu ainda que restou configurada a falha na prestação de serviços, consubstanciada no descumprimento do dever de informação pela seguradora. Em contestação, a seguradora afirma que o dever de informação, no caso, cabe ao próprio empregador, de modo que, caso tenha ocorrido violação de tal dever, esta não pode ser imputada à companhia seguradora. Por fim, requer denunciação da lide à empresa ABC.

Considerando o caso hipotético narrado, a disciplina jurídica do contrato de seguro e o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, responda aos itens a seguir.

- A) Identifique e explique a posição jurídica da empresa ABC, de Augusto e da seguradora na relação jurídica securitária.**
- B) Diferencie estipulação própria de estipulação imprópria, indicando qual modalidade se faz presente.**
- C) Conforme o posicionamento do STJ, identifique a quem compete o dever de informação na contratação de seguro de vida coletivo? Justifique.**
- D) O pedido de denunciação da lide deve ser deferido? Explique o instituto e justifique a resposta.**

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30

RASCUNHO

Questão Dissertativa 2

Discorra sobre a evolução do Município no Brasil no período republicano, até a Emenda Constitucional nº 1/1969, abordando as principais características que apresentou, considerando as sucessivas ordens constitucionais.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30

RASCUNHO

Parecer 1

O Presidente da Câmara Municipal de *Alfa* recebeu notificação, do órgão federal competente, informando que vinham sendo praticadas irregularidades na destinação dada às receitas arrecadadas com o imposto de renda retido na fonte (IRRF) incidente sobre os valores pagos às pessoas jurídicas contratadas para a entrega de bens ou a prestação de serviços. Nessas situações, a Câmara Municipal figurava como contratante e as pessoas jurídicas como contratadas, o que decorria de contratação direta, com dispensa ou inexigibilidade de licitação, ou após prévio processo licitatório. Os valores pagos à pessoa jurídica, de acordo com o órgão federal, teriam a natureza de receitas, não de rendimentos, logo, o produto da arrecadação do IRPF pertenceria à União, não ao Município. Além disso, esse valor decorre de um tributo de competência da União, e a sua absorção pelos Municípios afetaria o equilíbrio socioeconômico entre esses entes, já que alguns obteriam mais recursos que outros.

As receitas arrecadadas com o imposto de renda retido na fonte, em razão do disposto na Lei municipal nº X, estão vinculadas ao Fundo Municipal de Infraestrutura. Esse Fundo é regido por um colegiado paritário, composto por três representantes do Poder Executivo, entre eles o Secretário Municipal de Infraestrutura, que o preside, e três representantes do Poder Legislativo. É esse colegiado que define as despesas a serem realizadas, cabendo ao seu Presidente tão somente tornar efetivas as deliberações, todas de caráter vinculante.

Sem prejuízo das medidas a serem adotadas no âmbito do Poder Executivo do Município *Alfa*, que recebeu notificação similar, o Presidente da Câmara encaminhou os autos à Procuradoria Legislativa e solicitou a elaboração de parecer sobre os distintos aspectos dessa temática. O parecer deve incursionar tanto na constitucionalidade da atribuição ao Município do produto da arrecadação do referido tributo, como na destinação da receita estabelecida pela Lei municipal nº X.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30
- 31
- 32
- 33
- 34
- 35

RASCUNHO

- 36
- 37
- 38
- 39
- 40
- 41
- 42
- 43
- 44
- 45
- 46
- 47
- 48
- 49
- 50
- 51
- 52
- 53
- 54
- 55
- 56
- 57
- 58
- 59
- 60
- 61
- 62
- 63
- 64
- 65
- 66
- 67
- 68
- 69
- 70

RASCUNHO

- 71
- 72
- 73
- 74
- 75
- 76
- 77
- 78
- 79
- 80
- 81
- 82
- 83
- 84
- 85
- 86
- 87
- 88
- 89
- 90
- 91
- 92
- 93
- 94
- 95
- 96
- 97
- 98
- 99
- 100
- 101
- 102
- 103
- 104
- 105

RASCUNHO

106
107
108
109
110
111
112
113
114
115
116
117
118
119
120

RASCUNHO

Realização

